

EDITORIAL

O presente número põe em discussão a questão dos recursos de uso comum, aqueles historicamente situados ao abrigo da apropriação privada. Este debate tem se mostrado de enorme atualidade para o planejamento territorial, seja do ponto de vista do ordenamento jurídico configurado para o uso destes recursos, seja das formas institucionais adotadas para sua gestão, em razão do avanço da fronteira e das tendências hegemônicas que expandem sobre eles a vigência do mercado. No primeiro artigo, Alfredo Wagner Berno de Almeida discute as dimensões territoriais da questão, analisando as denominadas “terras tradicionalmente ocupadas” como expressão da diversidade de formas de existência coletiva de grupos sociais em suas relações com a natureza. O autor analisa, em particular, a relação que se observa entre o surgimento, no contexto da Amazônia, de movimentos sociais que incorporam fatores étnicos, critérios ecológicos e de gênero na sua auto-definição coletiva, assim como os processos de territorialização que lhes são correspondentes. Além de explorar as dimensões jurídicas envolvidas na caracterização de tais terras, o texto destaca a territorialidade como fator de identificação e estabelecimento de laços solidários sobre uma base física considerada comum e inalienável, não obstante as disposições sucessórias porventura existentes.

O artigo de Erik Swyngedouw aborda, por sua vez, o projeto global de privatização e mercantilização de recursos hídricos em curso. As políticas neoliberais de privatização são aí contextualizadas histórica e politicamente, mostrando-se como o discurso da ‘escassez’ da água é acionado *pari passu* com a lógica da privatização. Ao analisar as estratégias das grandes empresas globais que atuam no mercado de água, o autor explora as contradições do processo de privatização, sustentando a necessidade de se considerar a centralidade do Estado na regulamentação do setor de saneamento.

Rebecca Abers e Margareth Keck discutem o marco conceitual através do qual propõem-se a estudar o novo modelo de gestão descentralizada dos recursos hídricos no Brasil. Para tanto, tomam como ponto de partida os argumentos que são correntemente apresentados para justificar os novos mecanismos, sugerindo que, nas tentativas de implantação de uma de uma “governança” descentralizada – institucionalizada através da criação de comitês de bacias hidrográficas com a participação de governos, organizações privadas e da sociedade civil – nem a democratização do processo decisório, nem sua maior eficiência são adquiridos espontaneamente. Pelo contrário, as chances de sucesso aumentariam consideravelmente se as lideranças reconhecessem desde o início a necessidade de obter colaboração interna e apoio externo para os objetivos e atividades dos comitês. Esse tipo de ação política, concluem as autoras, mais do que a disponibilidade de soluções técnicas apropriadas, distinguiria os comitês mais efetivos dos demais.

Em seu artigo sobre as implicações urbanísticas dos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004, Guy Burgel destaca o coroamento de uma nova era iniciada na capital grega há mais de um quarto de século. Para o autor, além da funcionalidade com relação às provas esportivas ou ao desenrolar das festividades, a escolha dos sítios

olímpicos respondeu a uma vontade estratégica afirmada sobre a totalidade da região urbana e a um desejo de reconversão geral das infra-estruturas após os Jogos. O presente texto mostra que, mais do que em Barcelona, onde o direcionamento da cidade para seu porto foi o grande evento dos anos noventa, a mutação aqui engajada é mais fundamental, posto que Atenas, capital continental, não foi jamais uma cidade litorânea e que, desde a Antiguidade, o Pireu e suas bacias contribuintes constituem uma entrada marítima descentrada, sendo a vocação da costa mais balneária do que propriamente urbana.

Solismar Fraga Martins e Margareth Afeche Pimenta reconstituem, em seu texto, a história de Rio Grande, cidade portuária que representou a primeira demarcação lusitana nas terras do estado do Rio grande do Sul. O artigo procura estabelecer as pontes entre os ciclos econômicos associados à presença do porto e as dinâmicas espaciais mais gerais verificadas na cidade. Desde os efeitos da acumulação comercial, associada às atividades de importação e exportação, até a implantação de plantas industriais com base produtiva diversificada, os sentidos de expansão urbana são analisados como compostos, de forma dual, por um movimento de renovação arquitetônica em moldes europeus e pela criação de vilas operárias. Com o declínio da economia industrial, por seu turno, a cidade verá, juntamente com a forte restrição de seu parque fabril, a proliferação de loteamentos privados que deram origem às “vilas” periféricas e à ruptura dos elos entre a cidade e a dinâmica da indústria.

Numa seção especial, prestamos homenagem a Isaac Joseph, professor de Sociologia na Universidade de Paris X – Nanterre, recentemente falecido, que desenvolveu importante diálogo com pesquisadores brasileiros da UFF, USP e UFRJ, tanto sobre o pensamento da escola do interacionismo simbólico como sobre as escalas do pluralismo e as formas de engajamento cívico nos espaços públicos urbanos. Na evocação de Anne Querrien, Joseph é lembrado em sua convicção intelectual e militante de que a atenção minuciosa às civilidades correntes é portadora de importantes desafios políticos para os que estão envolvidos na construção democrática das cidades.

Na seção “Memória dos Presidentes”, Maria Cristina da Silva Leme, presidente da Anpur no biênio 2001-2003, relata as marcantes iniciativas desenvolvidas durante sua gestão, destacando a importância do novo quadro político institucional criado no período, com a aprovação do Estatuto da Cidade, para cuja discussão a Anpur deu relevante contribuição. É ressaltado o papel desempenhado pela Anpur na consolidação de espaços de debate em torno a políticas urbanas e regionais em geral, considerado o contexto de crescente relevância da pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil, bem como a participação da instituição na cooperação internacional intensificada que se tem verificado nas áreas de ensino e pesquisa.

O presente número inclui também três resenhas de livros de grande atualidade, a saber, *Du Contre-pouvoir. De la subjectivité contestataire à la construction de contre-pouvoirs* de Miguel Benasayag e Diego Sztulwark, *Dark Age Ahead* de Jane Jacobs e *DiverCidade, Territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo* de Maura Pardini B. Vêras, elaboradas respectivamente por Marcelo Calazans, Lílian Fessler Vaz e Maria do Rosário Rolfsen Salles.

HENRI ACSELRAD
Editor Responsável